

Hébert M, Cyr M, Tourigny M. *L'agression sexuelle envers les enfants*. Québec: Press Université du Québec; 2012. (Collection santé et société, Tome 1).

Maria Conceição Oliveira Costa <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana.

A agressão sexual é uma temática que mobiliza o público em geral, pesquisadores, profissionais, especialmente aqueles que atuam diretamente com crianças e adolescentes. A situação da violação sexual tem permitido a conscientização sobre a amplitude e a realidade a que estão confrontadas, entretanto, as atuações no plano da avaliação, intervenção e prevenção não estão suficientemente implantadas na prática cotidiana da Rede de Instituições credenciadas no atendimento dos casos. Um dos obstáculos reside na insuficiente difusão do conhecimento e expertise clínica existente.

Esta obra, editado em diversos países, como Canadá, Bélgica, França e alguns da África, representa a experiência de pesquisadores canadenses atuantes em Universidades e Serviços, oferecendo uma síntese de recentes conhecimentos e pesquisas publicadas nessa área. Ao curso dos últimos anos, progressos importantes têm sido alcançados em infraestrutura de pesquisa e de parcerias com os ambientes de prática, o que tem permitido fortalecer as intervenções, do ponto de vista de avaliação e tratamento das vítimas e seus pais (não agressores), diante dessa problemática.

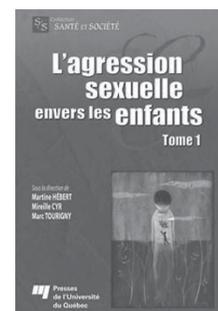
Este livro é apresentado em capítulos, os quais discorrem sobre a magnitude do fenômeno, em nível mundial e fatores de risco, desafios das intervenções nas áreas médica e da psicologia clínica, aspectos fundamentais da avaliação das vítimas, pais e famílias, efeitos e benefícios das intervenções direcionadas às vítimas, intervenções em adultos que foram vitimizados na infância, aspectos diagnósticos dos comportamentos sexuais problemáticos de crianças e adolescentes vitimizados, bases da terapia cognitivo comportamental orientada para o trauma, tratamento com base na mentalização das vítimas e aspectos preventivos e da formação nessa área do conhecimento.

Inicialmente, são apresentados dados epidemiológicos que apontam um quinto das mulheres e um décimo dos homens tendo sofrido algum tipo de agressão sexual na infância. São enfatizados importantes fatores de risco associados à agressão sexual, considerando-se características dos perpetradores, as

quais lhes distinguem dos homens comuns e agressores de crimes não sexuais. Em geral, os perpetradores sexuais de crianças sobreviveram mais às adversidades familiares durante a infância (agressão sexual ou física em meio à família disfuncional), apresentam comportamentos exteriorizados (abuso de substâncias) ou interiorizados (baixa autoestima e transtornos de humor), além de possuírem déficits sociais, transtornos de personalidade e problemas ligados à cognição, relacionado à violação. Ressaltam-se ainda diferenças marcantes da personalidade dos agressores, traços antisociais, dificuldades de relações íntimas, disciplina coercitiva sofrida na infância e isolamento social comparado aos homens da população geral e àqueles que cometeram crimes não sexuais.

Nos aspectos relacionados à entrevista os autores apontam que crianças pequenas têm capacidade de rememorar os acontecimentos importantes, entretanto a memória destas pode ser limitada pelo estágio de desenvolvimento. A exatidão do testemunho de crianças e adolescentes é influenciada pela forma e condução da entrevista. A grande sugestibilidade lhes deixam vulneráveis às pressões que podem sofrer durante uma entrevista conduzida de forma inadequada. A principal dificuldade enfrentada pelos profissionais de assistência social, policiais ou do judiciário é a necessidade de conhecer o estágio de desenvolvimento cognitivo-linguístico e socioafetivo da criança e executar as respectivas adequações. São mencionados os guias de entrevista estruturada, como o “National Institute of Child Health and Human Development –NICHD”, onde pesquisas empíricas mostraram eficácia e são oferecidas para auxiliar os profissionais nas entrevistas, com o objetivo de obter das crianças um testemunho verídico e detalhado. Salienta-se a importância da memória, da sugestibilidade e do desenvolvimento cognitivo, afetivo e socioafetivo, assim como a influência desses atributos na revelação ou relato da agressão sexual durante a entrevista. A atitude dos profissionais e as questões utilizadas no testemunho das crianças são igualmente apresentadas. Alguns aspectos da intervenção médica e médico legal são priorizados, como os elementos da história; o exame médico no contexto da agressão sexual; particularidades do exame no sexo feminino antes da puberdade; a interpretação dos dados dos exames e seus limites; os tipos de infecções transmitidas por via sanguínea; entre outros.

As consequências associadas à agressão sexual de crianças e adolescentes são apresentadas na perspectiva de modelos explicativos. Inicialmente, são sintetizados os fatos relevantes registrados da



literatura científica com jovens, em face de uma agressão sexual. São enfatizados os aspectos da avaliação das vítimas, na dimensão de privilegiar e orientar o tratamento e os limites dos estudos atuais e as perspectivas de pesquisas futuras.

Quanto às intervenções, discute-se as principais variáveis que podem influenciar a eficácia dos tratamentos propostos, sendo abordados estudos de avaliação da terapia cognitivo-comportamental, considerada prática exemplar para intervenção, descrevendo-se estudos recentes de avaliação e intervenções implantadas no Québec. São apresentadas perspectivas futuras, assim como os desafios da implantação das intervenções, com base nos dados e a questão alvo do tratamento, onde na avaliação e acompanhamento, os pais não agressores são convidados a jogar um papel determinante na adaptação da criança vítima de agressão sexual. Para muitos deles o estado de choque e o estresse que acompanha a descoberta da agressão de seu filho deve ser superada para permitir a mobilização e o suporte à criança, nas suas necessidades. As características das estratégias de apoio familiar são examinadas e o respectivo impacto na adaptação da criança, levantando-se os fatores de susceptibilidade para influenciar a disponibilidade do suporte e as formas de avaliar esses fatores. São examinados os diferentes programas de intervenção, inspirados em abordagens teóricas conhecidas, assim como avaliadas as respectivas dificuldades e eficácias dessas abordagens, e também a lógica que lhes sustentam a eficácia das diversas intervenções oferecidas, recomendações e pistas de pesquisas futuras.

O comportamento sexual problemático de crianças e adolescentes é apresentado nos aspectos mais relevantes, mobilizando clínicos e pesquisadores que se questionam sobre as modalidades de avaliação e intervenção para privilegiar essas crianças. Discute-se o conhecimento atual no assunto, fatores associados e tipologia. Também são abordados o perfil psicossocial dessas crianças, assim como linhas diretrizes, em matéria de avaliação e intervenção, finalizando com perspectivas de pesquisas futuras nessa área.

A terapia cognitivo-comportamental sobre o trauma é discutida nos aspectos comuns ao tratamento, intervenção, fundamentos e lógica subjacente no tratamento de vítimas. São descritas orientações sobre o desenrolar dos encontros individuais com pais ou crianças e encontros entre estes; descrevem-se as diferenças de tratamento, em função dos componentes da criança, dos pais e da diáde, propondo um percurso terapêu-

tico que requer numerosos encontros e prévios reagrupamentos de seus componentes. Finalmente, são abordados os critérios de exclusão, as condições ótimas e os desafios na aplicação deste tipo de intervenção. São discutidos ainda os aspectos relevantes do tratamento baseado na mentalização, modalidade de intervenção terapêutica que tem como base a teoria descrita por Peter Fonagy<sup>1</sup>. Este tratamento agrega ainda estratégias clínicas psicodinâmicas elaboradas por Paulina F. Kernberg<sup>2</sup>. As modalidades terapêuticas se baseiam sobre um vasto domínio empírico relativo ao tratamento psicodinâmico e cognitivo comportamental próprio de certas populações, assim como sobre as pesquisas e as teorias relacionadas ao apego (entre pais e filhos), os efeitos do trauma, da dissociação, do temperamento e da psicopatologia sobre o desenvolvimento infantil.

Para finalizar, os autores mostram questões relacionadas à prevenção da agressão sexual de crianças, cujo ponto central é a compreensão deste fenômeno, como uma problemática da saúde pública que, por consequência, requer a implementação de estratégias preventivas em nível individual, relacional, comunitário e social. Com base nesses quatro níveis, cujo fundamento é o modelo ecológico.

O livro aborda a temática da agressão sexual de crianças e adolescentes à luz dos conhecimentos atuais, na perspectiva das principais abordagens diagnósticas e técnicas de intervenção por equipe multiprofissional. Os autores, pesquisadores e clínicos com diferentes formações, como psicologia, medicina, psico-educação, sexologia contribuíram com a obra, levantando os principais aspectos dos fatores susceptíveis de influenciar a sobrevivência de crianças vítimas de agressão sexual. A partir dos conhecimentos obtidos através das pesquisas e da experiência clínica, discutem-se pistas e propostas de avaliação, diagnóstico, intervenção e prevenção direcionada às crianças e jovens vítimas e suas famílias<sup>2-7</sup>.

## Referências

1. Fonagy P. An attachment theory approach to treatment of the difficult patient. *Bulletin of the Menninger Clinic* 1998; 62:147-169.
2. Kernberg PF. The forms of play. In: Dans K. von Klitzing PB, organizador. *Psycho analysis in childhood and adolescence*. Basel: Karger; 2000. p. 25-41.
3. Fonagy P, Steele H, Steele M. Maternal representation of attachment during pregnancy predict the organization of infant-mother attachment at the one year of age. *Child Development* 1991; 62(5):891-905.

4. Fonagy P, Target M. Playing with reality: I. Theory of mind and the normal development of psychic reality. *International Journal of Psycho-Analysis* 1996; 77:217-233.
5. Fonagy P, Target M. Mentalization and changing aims of child psychoanalysis. *Psychoanal Dialogues* 1998; 8(1):87-114.
6. Fonagy P, Target M, Steele H, Steele M. *Reflective functioning manual of application to Adult Attachment Interview*. Londres: University College London; 1998.
7. Kernberg PF, Buhl-nielsen B, Normandin L. *Beyond the reflection: The role of the mirror paradigm in clinical practice*. New York: Other Press; 2007.

**Costa MCO. Violência e vitimização na infância e adolescência – a inclusão da escola no reconhecimento e prevenção. Feira de Santana: Editora UEFS; 2013.**

Jeidson Antônio Moraes Marques<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana.

A violência contra crianças e adolescentes é um tema que interessa às diversas classes sociais, instituições, pesquisadores e ao poder público. Por ser uma realidade vivenciada nos lares, nas ruas e instituições que acolhem e colaboram com a formação do cidadão, durante uma fase da vida fundamental do crescimento humano e decisiva para o futuro adulto, torna-se necessário a prioridade de estudos e ações para prevenção, enfrentamento e resolução dos casos consumados.

A obra surge da preocupação e da sensibilidade social diante da violência Sexual contra crianças e adolescentes, que, diante das experiências acadêmicas e profissionais dos autores, se completam no contexto escolar da violência contra crianças e adolescentes. Uma vez que a escola representa uma instância social privilegiada para a reflexão diante de questões que envolvem pais, filhos, professores (multiplicadores em potencial) e alunos (crianças e adolescentes), além de ser uma instância fundamental para formação, consciência e responsabilização cidadã.

O leitor pode encontrar nesta obra compacta e completa para a realidade escolar as informações conceituais, dados científicos que comprovam o fenômeno da violência no contexto escolar, diante da visão de docentes e discentes e orien-

tações de como agir na prevenção, denúncia e resposta a casos concretos que podem estar diante dos seus olhos ou nos seus lares.

O livro é dividido em quatro capítulos. Em três capítulos, o livro apresenta a temática da violência denominados: Capítulo I – O desafio da identificação, prevenção e atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência. Capítulo II – O Papel da escola na Rede de Enfrentamento da Violência Sexual: Professores e alunos na identificação de casos. Capítulo III- Mecanismos pessoais de promoção e proteção à saúde e qualidade de vida. O Capítulo IV- A Universidade e a escola na rede de prevenção e enfrentamento da violência perpetrada contra crianças e adolescentes, o qual apresenta as considerações finas na obra.

O Capítulo I apresenta e embasa a discussão sobre a violência na sociedade, destacando a vitimização de crianças e adolescentes como um fenômeno histórico que acompanha a evolução da humanidade e atinge a quase totalidade das nações.

Diversos conceitos são apresentados de forma clara e objetiva, dentre eles a violência Sexual em suas vertentes intrafamiliar e extrafamiliar. Suas manifestações e tipos: Abuso sexual sem contato físico; Abuso sexual com contato físico; Incesto; Pedofilia; Exploração sexual comercial. Esta foi também conceituada conforme suas modalidades: pornografia, trocas sexuais, trabalho sexual infantojuvenil autônomo, trabalho sexual infantojuvenil agenciado, turismo sexual e tráfico para fins de exploração sexual de crianças e adolescentes.

O Capítulo II, além de apresentar resultados de projetos de pesquisas articulados com outras Universidades e redes de Instâncias responsáveis pela prevenção e enfrentamento da violência em



Feira de Santana e região do semiárido baiano, é discutido como o fenômeno da violência aparece diante dos alunos e professores. Uma vez que o Estatuto da Criança e Adolescente atribui à escola a função de zelar pela proteção de crianças e adolescentes.

Os resultados da pesquisa desenvolvida mostram que alunos de ambos os sexos e diversas faixas etárias descrevem mais de 50% de vitimização na adolescência inicial e intermediária e alta proporção de casos na infância. Eles reforçam achados na literatura que já discutem com profundidade esta temática.

Quanto ao tipo de violência e ao local de ocorrência, cabe enfatizar que a maioria dos professores e alunos da faixa etária entre 17 e 19 anos, e do sexo feminino, mais de 50% dos casos foram por estupro e a maior frequência ocorreu em algum domicílio. Estes achados, além de confirmarem estudos realizados em outras regiões do país, sinalizam que os domicílios são locais de crime, não só de educação, carinho e aconchego familiar na vida de muitos jovens, tendo como perpetrador um ente querido.

O Capítulo III aborda a resiliência pessoal e social como mecanismo de proteção contra a violência. Enfatiza-se o conceito de resiliência com a conotação da “capacidade de determinados indivíduos ou grupos de enfrentar eventos estressores e/ou traumáticos e não sucumbir diante deles”. Caracterizada também como uma condição interna constatada pela demanda de adaptação do indivíduo frente a uma situação adversa, ou mesmo traumática. Proporcionar elementos que permitam indivíduos vulneráveis à violência a serem resilientes e capazes de superar de forma positiva tamanhas crueldades, passa a ser o maior desafio.

Uma vez que crianças e adolescentes assumem um papel de maior vulnerabilidade social, os fatores de proteção e promoção da qualidade de vida de crianças e adolescentes se tornam fundamentais, além de estratégias que envolvem o papel dos adultos na intervenção dos problemas que atingem esses grupos.

O capítulo ainda aborda as redes institucionais e sociais na prevenção e enfrentamento da violência, enfatizando a importância destas e a necessária articulação entre as universidades, os serviços e as comunidades, buscando fortalecer e tornar real as metas das políticas e programas públicos institucionais, integrando diferentes setores de atuação que incrementam estratégias de proteção e defesa de crianças e adolescentes, contando com o controle social, diante das vulnerabilidades e demandas nos diversos contextos sociais.

Embora seja um livro dedicado a professores e diretores de escolas públicas, além de profissionais e gestores da Rede de Proteção, Atendimento e Defesa da Criança, esta publicação é de interesse de todo cidadão, uma vez que traz conceitos básicos para reconhecimento e conduta diante de casos suspeitos de violência contra crianças e adolescentes.

Os estudos e intervenções feitos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), através do NNEPA (Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência) com apoio da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e da SEDH (Secretaria Nacional de Direitos Humanos), contemplam ações condizentes com sua integração na Rede de Instâncias que visam à implementação de ações no Município. Estas são compatíveis com o Pacto para enfrentamento da Violência Sexual assinado em Novembro de 2003 por Representações da Sociedade Civil, Prefeitura Municipal, Governo do Estado e apoiado pela OIT e a Agência Americana de Desenvolvimento Internacional (USAID), cabendo à UEFS a Coordenação do Projeto voltado à implementação das ações no Município.

O livro “Violência e vitimização na infância e adolescência: a inclusão da escola no reconhecimento e prevenção” pode ser caracterizado como a materialização de ações promovidas pela Universidade, cumprindo seu papel como integrante da Rede de Proteção e enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes.

**Williams LCA, Stelko-Pereira AC. Violência Nota Zero: como aprimorar as relações na escola. São Carlos: EDUFSCAR; 2013.**

*Thereza Christina Bahia Coelho*<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Núcleo de Saúde Coletiva, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana.

A Violência Escolar (VE) no Brasil e no mundo desafia, cada vez mais, professores, pais, gestores e pesquisadores a buscarem soluções efetivas e articuladas com amplos setores da sociedade. Este tipo de violência é mais preocupante uma vez que a escola tem a função inalienável de formar os indivíduos para a vida em sociedade. A inserção deste fenômeno no escopo dos Direitos Humanos permite o entendimento teórico e potencializa as respostas sociais às inúmeras questões derivadas das situações propiciadoras desta forma de violência. Partindo destes princípios, os autores da coletânea organizada por Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams e Ana Carina Stelko-Pereira submetem os conhecimentos atualizados sobre o tema a uma reflexão pautada no cotidiano de cada possível leitor. Embora seja dirigido, especialmente, àqueles que lidam cotidianamente com as situações que este modo de comportamento violento nos apresenta, os professores, o conteúdo do livro interessa também aos profissionais de saúde – cujos efeitos da violência afetam o seu trabalho – aos pais, magistrados, e a todos aqueles a quem a VE pode afetar de algum modo.

Redigido em linguagem acessível, objetiva, e elegante, a abordagem dos autores consegue atingir um grau de profundidade necessário ao tema e, ao mesmo tempo, permitir a compreensão fácil e mobilizadora que se espera de um livro de natureza didática. Entretanto, o uso desta designação – didático – não deve ser relacionado, como comumente é, a algo dissociado da pesquisa ou da produção de conhecimento novo. Ao contrário, a clareza das formulações e a condução segura e rigorosa do pensamento produzem uma narrativa simultaneamente científica e pedagógica. Os capítulos, ainda que escritos por diferentes autores, guardam estreita relação uns com os outros e obedecem ao mesmo formato de exposição, de maneira que a integração e a organicidade alcançadas fornecem a impressão de que o livro foi escrito por um único autor.

No primeiro capítulo as organizadoras trazem o problema e as definições com as quais irão trabalhar no restante do livro, incluindo diversas questões para reflexão, propostas de ativida-

des e literatura utilizada. Situam a escola como lugar especialmente apropriado à divulgação dos Direitos Humanos, a requerer do educador o conhecimento sobre esses direitos, em que contextos foram pensados e instituídos, e quais os exemplos práticos de pessoas e experiências que podem ou têm contribuído para a instituição de uma cultura da paz, agregando pessoas, produzindo atividades, formando ou associando-se a redes de promoção de Direitos Humanos.

As experiências pessoais e a forma como a mídia ou a literatura abordam o problema influenciam os modos de perceber e definir a violência, mas é possível estabelecer parâmetros que guiem o professor na prevenção dos comportamentos violentos na escola, ao redor dela, ou em outros espaços. Conhecer o que é comportamento moral, virtudes e habilidades, entender a adolescência, podem produzir uma relação professor-aluno mais tranquila. Por este motivo, é importante detalhar características das pessoas envolvidas e modos de intervenção.

Mas existe uma dificuldade de se conceituar a VE em decorrência da sua complexidade. A OMS divide a violência em subtipos não excludentes: física, psicológica, sexual, negligência, patrimonial. Consequências físicas e psíquicas podem advir de qualquer desses tipos, principalmente se repetidos. Na escola a violência psicológica é mais frequente, e a sexual pouco estudada, e pode envolver não somente alunos, professores, funcionários, mas também outras instituições e a comunidade em geral. Já o *Bullyng* pode ser entendido como violência ou intimidação interpares continuada, voltada para um mesmo alvo, envolvendo desigualdade de poder por estatura, idade, força, inteligência, sexo, etnia, peso, status econômico e outros. No *cyberbullyng* é mais difícil identificar o agressor que utiliza sua habilidade tecnológica para intimidar pessoas. A polêmica questão sobre a responsabilidade ao ser discutida sugere que a supervisão compartilhada do caminho casa-escola com os pais e com a comunidade é necessária.

O Capítulo 2 é destinado a discutir a importância da VE, os impactos por ela causados: mortes; doenças, com ênfase para os distúrbios psíquicos como ansiedade e depressão; deficiências; gastos; descrença na democracia e no papel da escola. O capítulo também enfatiza as repercussões da violência na vida e trabalho de professores e funcionários refletindo-se no comportamento defensivo deles em relação aos alunos, gerando um círculo vicioso.

O Capítulo 3 mapeia a legislação que dá suporte ao combate à VE, começando pela Decla-



ração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, passando pela nossa Constituição Federal de 1988<sup>1</sup>, que no art. 227 determina a prioridade das políticas para a criança e o adolescente, chegando ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>2</sup>, de 1990, que toma como base a Convenção da ONU sobre os Direitos das Crianças. Esta Convenção não faz distinção entre criança e adolescente e considera criança todo aquele menor de 18 anos. Já a ECA define a criança como o indivíduo de 0 a 12 anos incompletos e o adolescente como aquele situado na faixa etária de 12 a 18 anos. Como princípios que orientam os direitos da criança são colocados e discutidos: a não discriminação; o interesse superior da criança; o direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento; e o respeito à opinião da criança. A partir daí o tema da violência é retomado em outro patamar – o do direito e da justiça. Nesta perspectiva nenhuma violência à criança se justifica nem deve ser tolerada e por isso deve ser prevenida. Sendo assim, a escola é palco fundamental na formação dos cidadãos de um país, e a responsabilidade pela construção de uma sociedade da paz é de todos.

Com base nesta argumentação a proposta da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) com seus seis pilares é apresentada como um instrumento de sensibilização e inspiração para refletir e agir. Os pilares que sustentam a cultura da paz e as estratégias identificadas pelos movimentos sociais que dão suporte às ações no Brasil entendem a educação como ferramenta essencial e identificam a necessidade de promover a identificação com líderes mundiais que personificaram, em vários momentos e contextos, a escolha por formas de enfrentamento não violentas, como Gandhi e Nelson Mandela. Do mesmo modo, o capítulo 5 traz a experiência com redes sociais como estratégia concreta para a construção coletiva da paz.

A primeira parte do livro é finalizada com mais dois capítulos de fundamentos de natureza mais teórica. Enquanto o capítulo 6 define adolescência e trata dos problemas específicos desta etapa de vida, o capítulo 7 aprofunda a discussão sobre comportamento moral, mas de forma prescritiva. Ou seja, fornece um guia ético dos comportamentos e virtudes que devem ser estimulados na criança e no adolescente.

Na segunda parte do livro, intitulada “Violência Nota Zero: um projeto a ser posto em prática”, os capítulos passam a fornecer instrumentos para a gestão sistemática da violência escolar, conduzidos pelas seguintes questões: como me-

dir e avaliar as situações de VE? Como desenhar intervenções levando em conta aspectos como a magnitude, os graus de precocidade e o público alvo, o que significa intervenções adequadas e coerentes com os objetivos de prevenir e minimizar a violência. Que metodologias e instrumentos devem ser adotados pelos professores no cotidiano das salas de aula? Que atividades podem ser desenvolvidas para o enfrentamento da indisciplina, da evasão, da desmotivação. Ou seja, quais os recursos que o professor pode lançar mão para aumentar a adesão do aluno às ideias motrizes que produzem comportamentos amigáveis, incrementando a autoestima dos envolvidos? Muitos dos exemplos pedagógicos fornecidos já são do conhecimento de professores mais experientes, como falar baixo diante de uma turma barulhenta, ou promover atividades lúdicas que contrabalancem os momentos de maior concentração e seriedade. Porém, uma vez inscritos no contexto da Educação em Direitos Humanos as atividades ganham novo sabor e reacendem o desejo do professor de ousar mais e se comprometer. A vulnerabilidade relacionada a fatores como idade, sexo e etnia, dentre outros, e os riscos de uma criança se tornar vítima ou agressor são particularmente trabalhadas no capítulo 11. Enquanto o capítulo 12 retoma o estresse ocupacional e as formas práticas de melhorar a qualidade de vida do professor.

Na terceira e última parte, a educação em Direitos Humanos é discutida na perspectiva intergeracional, como espécie de herança para os que vão vir. Herança cultural que se inicia na formação de vínculo saudável entre mãe e bebê, e que deve ser repassada aos alunos como mensagem de responsabilidade pelo outro. Nesta sequência, a gravidez na adolescência é abordada, ressaltando-se os enormes prejuízos que a interrupção da escolaridade pode causar ao aumentar, inclusive, as chances de repetição do problema na próxima geração.

Para concluir, um retorno às raízes históricas da Declaração Universal dos Direitos Humanos fundamenta a discussão sobre a Justiça Restaurativa e a arte de perdoar, que deve prevalecer sobre a Justiça Retributiva com seus resultados punitivos e estigmatizantes. Para os autores, projetos comprometidos com esta forma de resolução de problemas poderão trazer um novo tempo em que “as pessoas se respeitarão mais e todos serão mais felizes e justos dando, literalmente, nota zero para a violência”. Amartya Sen<sup>3</sup> afirma que a justiça social deve levar em conta a interdependência entre reforma institucional e

mudança comportamental. Para tal, há que se ouvir as vozes das mulheres, há que se investir no debate público e na educação. A obra faz exatamente este investimento: nota dez.

## Referências

1. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº. 196 de 10 de outubro de 1996. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. *Diário Oficial da União* 1996; 16 out.
2. Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 1990; 16 jul.
3. Sen A. *A idéia de Justiça*. São Paulo: Companhia das Letras; 2011.

**Abreu CN, Eisenstein E, Estefenon SG. *Vivendo esse mundo digital: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais*. Porto Alegre: Artes Médicas; 2013.**

*Nilton Cesar Nogueira dos Santos*<sup>4</sup>

*Pio Moerbeck da Costa-Filho*<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Departamento de Saúde, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

As tecnologias de informação e de comunicação já se encontram inseridas no meio social, familiar, disponíveis a um toque, a qualquer hora do dia ou da noite. Essa geração digital, que deseja fazer parte, vive em função da flexibilização, almeja a satisfação imediata de suas necessidades, o que impõe às sociedades adaptação a novos costumes, atos, principalmente fatos ligados ao comportamento humano. Com essa visão atual e ampliada, os autores vão gradativamente situando o leitor e apontando caminhos para um usufruto seguro, responsável e produtivo da internet e de outras tecnologias sociais.

Se considerarmos que, de uma população mundial estimada em 7 bilhões de pessoas, a grande maioria já aderiu ao telefone celular, às tecnologias, antes mesmo de usufruírem de necessidades básicas à sobrevivência humana saudável,

como água potável, há que se dispensar um olhar diferenciado para entender como se processa essa relação de consciências, sem um apanhado lúcido desse mesmo uso, muitas das vezes.

Nessa perspectiva da vivência com as tecnologias e as conseqüências delas decorrentes, este livro, fruto de pesquisas, nos âmbitos nacional e internacional, por cerca de 10 anos, vislumbrou contribuir para que se utilize dessa ferramenta, que é a fascinante internet, de forma mais segura, ética, educativa e saudável de conhecimentos, verdadeira ponte de diálogo entre gerações.

Dentre os temas abordados, distribuídos em 07 partes e 27 capítulos, verifica-se uma dedicação minuciosa em fazer conhecer tecnoestresse e dependência da internet; *cyberbullying*, *sexting* e *grooming*; abuso, pornografia, pedofilia e exploração sexual; problemas médicos e prevenção de riscos; cibercrimes e ciberdelitos; redes sociais; direitos humanos e valores éticos; educação escolar; segurança e tantos outros aspectos da era digital, o que só vêm a enaltecer e legitimar a obra.

Há entendimento de que as Tecnologias de informação e comunicação tornam as pessoas conectadas permanentemente ao que se passa “nos mundos”, que essa conexão favoreceu muitos setores. Ainda discutem e incentivam o uso de uma estratégia da Organização Mundial de Saúde que é o *eHEALTH*, com prontuários ele-



trônicos, cartões de saúde digitais, telemedicina, telefones inteligentes ou *tablets*, que poderiam ser melhor aproveitados e contribuiriam para o fortalecimento dos sistemas de saúde.

Busca-se compreender como a estrutura da inclusão na mídia vem se estruturando como opção de liga/desliga, como as posições pró-mídia/antimídia vão se processando com base em valores (legados familiares, crenças, política e cultural), muitas vezes deturpados ou “macerados” por motivos torpes, sejam eles de ordem econômica ou religiosa. Um dado importante é que, de acordo com os autores, ao citar um estudo americano, verificou-se que uma parcela muito reduzida dos pais possuíam conhecimento das recomendações quanto ao uso das “tecnologias” em tenra idade, acreditando que esse uso precoce favoreceria a familiarização e a intimidade com a utilização de mídias, sem maiores danos para o indivíduo e para a sociedade.

De acordo com os autores, crianças e adolescentes cada vez mais utilizam a internet e o celular, com grande vulnerabilidade aos diversos tipos de violência, especialmente destacadas no texto, *bullying*, e, ao envolver recursos eletrônicos, *cyberbullying*, podem gerar depressão, isolamento, baixa estima, escoriações.

Não há como não viver esse mundo digital, não mais! As transformações por que passou e passa a sociedade levam a uma mudança de paradigmas, quando as relações, inicialmente, de um consumo de subsistência, vertiginosamente, convertem-se em serviços e centralização na informação, muitas vezes deixando um papel secundário para o ser humano, com seus sentimentos e sensações.

Os autores apresentam uma revolução muito mais filosófica, humana, relacional, do homem com as coisas, uma “coisificação do homem”. Ganha-se em tecnologia, perde-se em senso, em razão, em sobriedade e consciência. Essas diversas revoluções, sejam no campo da manipulação genética, da internet, das coisas ou no conhecimento aprofundado da estrutura dos átomos carregam impacto nos caminhos da humanidade por assim dizer, concluem.

Há, assim, um entremeio entre possibilidades e necessidades, numa confusão de papéis entre o público ou privado, o humano, o devasso ou o eticamente aceitável. Essas novas relações com o conhecimento levam a uma perplexidade na escola, que enrijecida na tentativa de “abastecer” o indivíduo de saberes “isolados”, não educa, nem instrui, não forma, não transforma, salientam os autores, que afirmam que o foco é

formar gerações para o tempo em que vão viver.

Com esse entendimento da função da escola alicerçada pelas tecnologias, há lugar para todos, para os desiguais, para os peculiares. Os autores nos conduzem a buscar estratégias para melhora da comunicação, com sugestões de oficinas, softwares livres e políticas de acesso e inclusão digital. O que se busca evitar, ao fazerem uma analogia artística e até mesmo poética, é não contribuir para a existência de meros repetidores, irreflexivos, sem sensação, aflitos, distantes do entendimento do todo, mas uma “pedagogia digital”, útil e aplicada, seja qual for o público ou a circunstância.

É-nos apresentado um questionamento-sugestão: relacionar-se é mudar de padrão? E se fala em inteligência coletiva, que consiste em mobilização efetiva das competências, não trabalhar juntos apenas, mas pensar juntos, com sincronicidade, um verdadeiro “hola cibernético”. O homem usa a máquina, a máquina social, não pode ser “enforcado” nela, aí é um papel crucial da escola, que deve usar a internet como fonte de agregação, fortalecendo as ligações sociais. É a inteligência coletiva em ação. Essa mesma escola que prepara o cidadão, que acompanha o dinamismo da sociedade, com criticidade, ética, engajamento e autonomia.

Pode-se, por exemplo, com as tecnologias, promover saúde e saneamento ambiental, buscando-se um ativismo visual, a exemplo do relatório de experiência que aconteceu em uma comunidade do Rio de Janeiro, na Rocinha, denominado Tecnologia Social em Tela, em que se buscou conhecer os dramas estruturais, com o uso da tecnologia social inovadora (ativismo visual), com envolvimento participativo da comunidade. O que se mostrou foi o rompimento da absolutização, houve compartilhamento de saberes e trocas de experiências.

Importante o destaque que os autores dão, mostrando a importância de a abordagem em saúde usufruir dos aspectos de desenvolvimento tecnológico para avaliar crescimento e desenvolvimento, apresentando inclusive comparativos da influência das tecnologias nos comportamentos sociais. Os questionamentos permeiam os desafios da era digital como (ausência de limites, fantasias, forma de estabelecer novos amigos, consumismo desenfreado, crises de valores, busca da identidade, tempo demorado para crescer e desenvolver-se).

Esse “descontrole” pode gerar efeitos nocivos à saúde, esse excesso pode levar à desnutrição, baixo rendimento escolar, estima prejudicada, conduta antissocial, uso de drogas, transtornos

mentais e comportamentais, riscos familiares, sociais e digitais (distorção de hábitos e sono, sexualidade virtual problemática, confusão entre mundos real e virtual, violência). Interessante a denominação de tecnoestresse entendido como desejo incontrolável de estar ligado, plugado e conectado o tempo todo, sem dar a devida atenção a cada tarefa (dores, dificuldades de relaxar, ansiedade, depressão, cansaço crônico), além de problemas posturais, auditivos e outras complicações ao desenvolvimento físico, mental e social.

Identifica-se nos capítulos finais, a preocupação com a segurança na “rede”, como consegui-la, como mantê-la, que critérios de referência seguir. É citado um projeto sobre como Navegar com Segurança, a abordagem gira em torno do excesso de operatividade, perda de privacidade, resistência à supervisão. Também se fala nos desafios atuais no combate aos crimes e delitos virtuais, com os desafios geracionais na promoção do uso ético da internet e na preservação

da identidade e conduta ética, pairando a dúvida se o indivíduo assume um papel social que varia entre vítima e infrator.

Trata-se de obra contemporânea, que aborda temas relevantes para profissionais da saúde, da educação, do direito, entre outros. Aponta estratégias que impulsionam o compromisso para a utilidade da internet com responsabilidade, principalmente nos comportamentos sociais e desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

Esta obra promove a reflexão de que é preciso “educar”, não no sentido restrito, tradicional, ortodoxo e sem acompanhar as tendências atuais, mas no de buscar apreender que influências essas tecnologias exercem no comportamento de crianças e adolescentes durante uma fase importante do desenvolvimento e maturação cerebral, como bem suscitam os autores. Também estimulam o refletir sobre as repercussões que ocorrem no comportamento, os riscos à saúde, as barreiras entre o real e o imaginário, intimidade, privacidade e isolamento.